



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA DO MUNICÍPIO

EDITAL Nº 01/2024

PROVA OBJETIVA – (MANHÃ)

ANALISTA DE AUDITORIA PÚBLICA E GESTÃO GOVERNAMENTAL

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

MÓDULO I – CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

1

Observe o texto argumentativo a seguir:

Nenhum ser humano é 100% mau e nenhum ser humano é 100% bom.

Sobre a estruturação do texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A frase traz uma tese e argumentos que a defendem.
- (B) Os argumentos apresentados se apoiam em estatísticas.
- (C) A tese é fruto de opinião pessoal do emissor do texto.
- (D) Os segmentos do texto se opõem semanticamente.
- (E) A tese é defendida pela autoridade de quem a expressa.

2

Assinale a opção que exemplifica um *texto injuntivo*.

- (A) Viemos a este mundo como irmãos. Caminhemos, pois, de mãos dadas e não um de frente para o outro.
- (B) Somos todos frágeis fios. Mas que tapeçaria formamos.
- (C) Como você não é igual a nenhum outro ser humano desde que o mundo foi criado, você é incomparável.
- (D) Se eu soubesse que a chuva só molhava, teria ficado mais tempo exposto a ela.
- (E) Aprecio as quatro estações, mas prefiro o verão no inverno e o inverno no verão.

3

Assinale a frase que se apoia em uma intimidação.

- (A) É preciso se ter um jardim, onde quer que você esteja.
- (B) Suprimam as abelhas, as maiores polinizadoras, e a humanidade desaparecerá.
- (C) Comece a cuidar da natureza e a natureza cuidará de você, mas maneiras mais insuspeitas.
- (D) Temos de preservar a natureza, os animais e inclusive os parentes antipáticos.
- (E) O homem é o lobo do homem.

4

Assinale a frase em que o termo sublinhado estabelece coesão com um termo futuro e não com um termo anterior.

- (A) Os homens são tão bons quanto o seu desenvolvimento tecnológico lhes permite ser.
- (B) Você precisará ter a coragem de viver a vida, se você encontrar um meio de vida de que goste.
- (C) É melhor deixar um elefante ir embora, quando você o tem preso pela perna e ele estiver tentando fugir.
- (D) O gênero humano ama a quem o ama.
- (E) Nunca encontrei um só homem com o qual não pudesse aprender algo.

5

Você sabia que o Sol está se aproximando da Terra? Não viu como fez calor nos últimos dias?

Sobre a significação e a estruturação dessa frase, emitida em um programa de televisão, assinale a afirmativa correta.

- (A) O emissor da frase faz uma correta relação lógica entre causa e efeito.
- (B) A frase é do tipo argumentativo e só apresenta a tese sem argumentos.
- (C) Apesar de ter estrutura interrogativa, a primeira interrogação tem valor afirmativo.
- (D) A segunda pergunta é uma redundância da pergunta anterior.
- (E) As duas orações que compõem a frase mostram uma contradição entre elas.

6

Assinale a opção em que a expressão sublinhada está empregada de modo **incorreto**.

- (A) - *Hein?! Repete, cutruca ordinária!* berrou a mulata, dando um passo de frente.
- (B) Prédio para meter o do outro no chinelo; quatro janelas de frente, oito de lado, com um terraço ao fundo.
- (C) Defronte justamente ficava a casa do Bruno e da mulher, toda mobiliada de novo, com um grande candeeiro de querosene em frente à entrada...
- (D) Durante o dia paravam em frente do armazém carroças e carroças com fardos e caixas trazidos da alfândega, em que se liam as iniciais de João Romão.
- (E) O sujeito fez sinal aos dois urbanos, que o acompanharam logo, e encaminharam-se todos para o interior da casa. Botelho, à frente deles, ensinava-lhes o caminho.

7

Observe a frase a seguir:

Livros são os mais silenciosos e constantes amigos. Os conselheiros mais acessíveis e sábios. E os mais pacientes professores.

Sobre os componentes verbais dessa frase, assinale a observação **incorreta**.

- (A) “silenciosos” e “constantes” são adjetivos que mostram qualidades do substantivo “amigos”.
- (B) A palavra “amigos” está empregada em sentido figurado, personalizando o substantivo “livros”.
- (C) A palavra “mais” funciona como elemento intensificador dos adjetivos que acompanha.
- (D) Os três períodos do texto mostram-se em construção paralelística.
- (E) Todas as adjetivações e figuras empregadas em relação a “livros” mostram valores positivos.

8

Leia a frase a seguir, que mostra um conjunto de palavras com funções diferentes.

O romance é hoje o único observatório de onde se pode abarcar a vida humana como um todo.

Assinale a observação adequada sobre uma dessas palavras.

- (A) A palavra hoje está mal-empregada porque ela sempre vai designar a atualidade, independentemente do momento em que for lida.
- (B) A preposição de indica, na frase, um ponto de origem, referindo-se a “observatório”.
- (C) O pronome se foi empregado para indeterminar o sujeito da frase, equivalente a “alguém”.
- (D) O termo observatório está empregado em sentido lógico, significando o lugar de onde se observa algo.
- (E) A preposição como tem valor comparativo na frase.

9

Assinale a frase a seguir em que não ocorre oposição de termos.

- (A) Um ditado popular é uma sentença curta baseada em longa experiência.
- (B) Inspire experiência, expire poesia.
- (C) Os profetas do Aleijadinho não são barrocos, são bíblicos.
- (D) A arte é a trilha que leva de volta, da fantasia à realidade.
- (E) A boa história entra no auge quando a linha entre a realidade e a ficção fica ambígua.

10

A frase em que a expressão “é que” tem valor enfático é:

- (A) O ruim é que os preços estão aumentando.
- (B) É a fantasia que perde as batalhas.
- (C) O problema é que nosso país fica malvisto.
- (D) O computador é que ajuda na busca da solução.
- (E) A solução é que todos deviam obedecer à chefia.

Raciocínio Lógico-Matemático (300)

11

Em uma quitanda, cereais e leguminosas são vendidos a granel:

- 1kg de arroz mais 1kg de feijão custam, juntos, R\$13,90;
- 1kg de feijão mais 1kg de ervilha custam, juntos, R\$12,60;
- 1kg de ervilha mais 1kg de arroz custam, juntos, R\$10,30.

Nesse caso, é correto afirmar que, nessa quitanda,

- (A) o preço por quilograma de feijão é R\$3,50 mais caro do que o preço por quilograma de ervilha.
- (B) o preço por quilograma de feijão é R\$2,30 mais caro do que o preço por quilograma de arroz.
- (C) o preço por quilograma de arroz é R\$1,20 mais caro do que o preço por quilograma de ervilha.
- (D) o preço por quilograma de arroz é R\$1,20 mais caro do que o preço por quilograma de feijão.
- (E) o preço por quilograma de ervilha é R\$0,80 mais caro do que o preço por quilograma de feijão.

12

A, B, C e D são pontos distintos do plano. Há um único caminho ligando **A** e **B**, um único caminho ligando **A** e **D**, um único caminho ligando **B** e **C** e um único caminho ligando **B** e **D**. Não há caminho ligando **A** e **C** e nem caminho ligando **C** e **D**.

É possível passar pelos 4 pontos e pelos 4 caminhos, sem repetir qualquer dos caminhos, começando e terminando, respectivamente, em

- (A) A e C.
- (B) A e D.
- (C) B e C.
- (D) B e D.
- (E) C e D.

13

Alípio, Bento, Clóvis, Dino e Elmo têm, juntos 7 filhos.

Bento e Dino têm a mesma quantidade de filhos. Clóvis tem mais filhos do que todos os outros. Apenas um deles não tem filho.

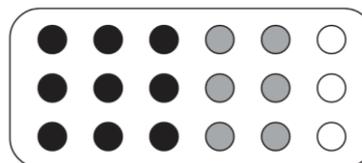
Sob essas condições,

- (A) é certo que Alípio tem pelo menos um filho.
- (B) é possível que Bento tenha exatamente 2 filhos.
- (C) é possível que Clóvis tenha exatamente 2 filhos.
- (D) é certo que Dino tem exatamente 1 filho.
- (E) é certo que Elmo não tem filho algum.

14

Cada um dos 360 colaboradores de uma empresa é classificado como sênior, pleno ou júnior.

O quadro abaixo ilustra, de forma proporcional, as quantidades de cada uma das classificações.



● Pleno ◐ Sênior ○ Júnior

Nesse caso, é correto concluir que

- (A) há menos de 40 colaboradores juniores.
- (B) há mais de 80 colaboradores juniores.
- (C) há menos de 200 colaboradores plenos.
- (D) há mais de 220 colaboradores plenos.
- (E) há menos 100 colaboradores sêniores.

15

Considere uma sequência infinita de números inteiros em que, a partir do 3º termo, cada termo corresponde à soma dos algarismos do número que corresponde à soma dos dois termos que o antecedem.

Se o primeiro e o segundo termos valem, respectivamente, 15 e 32, é correto concluir que o 9º termo vale

- (A) 3.
- (B) 5.
- (C) 7.
- (D) 9.
- (E) 11.

16

Considere o conjunto $A = \{-2, -1, 0, 1, 2\}$.

Assinale a opção que indica quantos são os subconjuntos não vazios de A tais que a soma de seus elementos é zero.

- (A) 3.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 7.
- (E) 8.

17

Um número N aumentado de 20% dá 18 - o mesmo valor que um número P reduzido de 10%.

Para passar a valer N , o número P deve ser reduzido em

- (A) 30%.
- (B) 25%.
- (C) 20%.
- (D) 18%.
- (E) 15%.

18

Quando cheguei ao ponto de ônibus, a minha condução havia passado há 3 minutos e 20 segundos. Se eu tivesse chegado 90 segundos depois, teria esperado por 640 segundos até que o próximo passasse.

Indique o tempo exato, depois da passagem do primeiro ônibus, em que eu deveria ter chegado ao ponto, para que a minha espera pelo próximo fosse de apenas 2 minutos e 20 segundos.

- (A) 12 minutos e 30 segundos.
- (B) 12 minutos e 40 segundos.
- (C) 12 minutos e 50 segundos.
- (D) 13 minutos.
- (E) 13 minutos e 10 segundos.

19

Considere todas as matrizes 4×4 tais que:

- todos os elementos são números inteiros e positivos;
- qualquer que seja a linha, a soma dos elementos é 5;
- qualquer que seja a coluna, a soma dos elementos é 5;
- o elemento da 1ª linha e 1ª coluna vale 2.

A quantidade total de matrizes que satisfazem a todas essas condições é

- (A) 8.
- (B) 6.
- (C) 4.
- (D) 3.
- (E) 2.

20

Dispõe-se de 18 peças quadradas idênticas, feitas em metal, todas com área igual a 1 cm^2 .

Arranjando-se convenientemente essas peças, pode-se construir

- (A) 1 quadrado de lado 4 cm e não sobram peças.
- (B) 1 quadrado de lado 3 cm, 2 quadrados de lado 2 cm e não sobram peças.
- (C) 2 quadrados de lado 3 cm, 1 quadrado de lado 2 cm e não sobram peças.
- (D) 3 quadrados de lado 2 cm e ainda sobram 3 peças.
- (E) 4 quadrados de lado 2 cm e ainda sobram 2 peças.

Auditoria Controle e Avaliação

21

A Auditoria Interna do Município X iniciou uma auditoria operacional com a finalidade de avaliar a economicidade, a eficácia e a efetividade de um programa municipal executado com a finalidade de melhorar o desempenho escolar dos alunos da rede municipal de educação.

Assinale a opção que indica a modalidade de auditoria realizada pela Auditoria Interna.

- (A) De Levantamento.
- (B) De Conformidade.
- (C) Operacional.
- (D) Financeira.
- (E) De Monitoramento.

22

Considere que a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado Alfa tenha atribuído aos seus membros a prerrogativa de serem reeleitos, mais de uma vez, para mandatos consecutivos no mesmo cargo de direção da respectiva Corte de Contas.

Nessa situação, o referido dispositivo da Lei Orgânica é considerado

- (A) legal, tendo em vista a auto-organização atribuída constitucionalmente aos Tribunais de Contas.
- (B) inconstitucional, por violação aos princípios republicano e democrático que orientam as normas de reeleição do Governador do Estado.
- (C) constitucional, se a mesma regra estiver estabelecida para os desembargadores-dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado Alfa.
- (D) constitucional, se essa prerrogativa tiver sido inserida na Lei Orgânica do Tribunal de Contas por projeto de Lei de sua iniciativa.
- (E) constitucional, pois os dirigentes dos Tribunais de Contas não são eleitos pelo voto popular, pelo que não se submetem às normas que regem os mandatos consecutivo do Governador do Estado.

23

Em processo de auditoria promovido pelo Tribunal de Contas do Estado X, em um órgão da administração direta do Município Y, foram encontradas e evidenciadas as seguintes irregularidades:

- I. Edição de ato de dispensa de licitação sem fundamento na legislação pertinente.
- II. Graves irregularidades na execução do contrato firmado entre a empresa *K. Lote Ltda* e o Município Y, que podem resultar em irreversíveis danos ao erário.

Considerando os fatos narrados e as funções constitucionais do Tribunal de Contas (TC), assinale a afirmativa correta.

- (A) O TC poderá determinar a sustação imediata da execução do contrato.
- (B) A sustação direta e imediata do contrato por decisão do TC ocorrerá somente após a fixação de prazo para que o município Y corrija as irregularidades identificadas.
- (C) O TC deverá dar conhecimento de ambas as irregularidades à Câmara Municipal do Município Y para que o Legislativo local adote as medidas cabíveis. Caso não sejam adotadas medidas saneadoras, o TC poderá decidir sobre a sustação do ato e do contrato nos noventa dias subsequentes.
- (D) A Constituição Federal não autoriza o TC a adotar medidas preventivas (cautelares), em benefício do princípio da separação dos poderes.
- (E) O TC poderá sustar direta e imediatamente os efeitos jurídicos do ato de dispensa ilegal de licitação, tendo em vista o poder de cautela que lhe é reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal.

24

José, gestor da Secretaria de Educação do Município X, tomou ciência de irregularidades praticadas por Marcos, que exercia o cargo de subsecretário de patrimônio naquela Secretaria. Das citadas irregularidades resultaram danos ao erário superiores a R\$300 mil.

José não instaurou quaisquer procedimentos para apurar os fatos e buscar o ressarcimento do dano. Os fatos foram apurados no âmbito de uma auditoria de conformidade realizada pelo Tribunal de Contas do respectivo Estado.

Considerando as disposições constitucionais atinentes à responsabilização do responsável pelo controle interno, José responderá

- (A) subsidiariamente pelos danos causados por Marcos.
- (B) individualmente e objetivamente pelos danos causados por Marcos.
- (C) solidariamente com Marcos pelos danos causados ao erário.
- (D) em concurso de pessoas, somente se Marcos não possuir bens suficientes para ressarcir ao erário.
- (E) não responderá, pois não é o responsável pelo órgão central de controle interno do Município X.

25

Destacando o posicionamento da doutrina majoritária, o controle da Administração Pública pode ser classificado, quanto ao órgão controlador, como legislativo ou político, jurisdicional e administrativo e, quanto ao momento de sua realização, como prévio, concomitante ou posterior.

Nesse sentido, considere que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados tenha arquivado um projeto de lei sob o argumento de sua inconsistência material com a Constituição da República.

Nesse caso, operou-se o controle classificado como

- (A) Preventivo e Jurisdicional.
- (B) Legislativo e repressivo.
- (C) Prévio e Político.
- (D) Posterior e Executivo.
- (E) Prévio e Interno.

26

Há uma variedade de abordagens para descrever o ciclo de políticas públicas.

No Referencial para Avaliação de Governanças em Políticas Públicas elaborado pelo Tribunal de Contas da União, adota-se o modelo construído sob a lógica de resolução de problemas para descrever esse ciclo. Esse modelo, proposto por Howllet e outros autores, é constituído por cinco estágios.

Nesse sentido, a etapa do ciclo de políticas públicas em que ocorre o reconhecimento do problema é a de

- (A) formação da agenda.
- (B) tomada de decisão política.
- (C) implementação da política.
- (D) avaliação da política.
- (E) formulação da política.

27

O Prefeito do Município X encaminhou a prestação de contas de gestão por final de exercício financeiro ao respectivo Tribunal de Contas.

Ao apreciar a documentação, o Tribunal de Contas verificou indícios de dano ao erário, pelo que procedeu a Tomada de Contas do Prefeito. Após o regular andamento do feito e garantidos ao prefeito o exercício do contraditório e da ampla defesa, o Tribunal decidiu por aplicação de multa e imputação débito ao gestor.

Analisar a situação narrada à luz das disposições constitucionais e jurisprudenciais atinentes, e assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente a Câmara Municipal poderá preceder à tomada de contas do Prefeito, bem como aplicar as sanções decorrentes de eventual irregularidade das contas, podendo, inclusive, determinar a declaração de indisponibilidade dos bens do prefeito para fins de ressarcimento ao erário.
- (B) O julgamento das contas do prefeito é de competência exclusiva da Câmara Municipal, pelo que a decisão do Tribunal de Contas é nula de pleno direito.
- (C) O Tribunal de Contas somente poderia emitir parecer prévio no âmbito da tomada de contas especial, que somente poderia deixar de prevalecer por decisão da maioria absoluta da Câmara dos Vereadores.
- (D) Os Tribunais de Contas, ao apreciarem as contas anuais do respectivo chefe do Poder Executivo, podem proceder à tomada de contas especial (TCE) e, por conseguinte, condenar-lhe ao pagamento de multa ou do débito, independentemente de posterior aprovação pelo Poder Legislativo local.
- (E) A Câmara Municipal poderá sustar os atos administrativos editados pelo Tribunal de Contas que imputaram débito ao Prefeito do Município X, tendo em vista ser o Poder Legislativo o titular da atividade de controle externo local.

28

As políticas públicas podem ser avaliadas à luz de quatro dimensões: economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

Ao avaliar uma política pública, a administração do Município X estabeleceu procedimentos para verificar o grau de alcance:

- das metas programadas; e
- dos objetivos finalísticos da intervenção.

As dimensões de avaliação de políticas públicas que os procedimentos adotados pelo Município X visaram analisar são, respectivamente,

- (A) economicidade e eficiência.
- (B) eficácia e eficiência.
- (C) eficiência e eficácia.
- (D) efetividade e eficiência.
- (E) eficácia e efetividade.

29

A Constituição Federal, em seu Art. 70, confere a titularidade do controle externo da Administração Pública ao Congresso Nacional. Essa prerrogativa não é exclusiva do Parlamento, mas compartilhada especialmente com os Tribunais de Contas, nos termos definidos no texto Constitucional.

Considerando as atribuições do Poder Legislativo para o exercício do controle externo da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. É constitucional a norma municipal ou estadual que confere a um parlamentar, individualmente, o poder de requisitar informações ao Poder Executivo.
- II. O Governador do Estado poderá ser obrigado a depor em CPI instaurada pelo Senado Federal com a finalidade de apurar irregularidades nos contratos de gestão firmados entre o Governo Estadual e Organizações Sociais, tendo por objeto a execução de serviços e programas de saúde pública financiados com recursos federais.
- III. O parlamentar, mesmo sem a aprovação da mesa diretora, pode, na condição de cidadão, ter acesso a informações de interesse coletivo contidas nos bancos de dados dos órgãos públicos.

Está correto o que se afirmar em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) II e III, somente.

30

Para o Senado, portanto, a atividade de monitorar os resultados e os processos das políticas públicas deve ser realizado sob dois pontos de vista:

(i) trazer ao conhecimento público e proporcionar o debate sobre a atuação governamental em benefício da sociedade e (ii) propor ajustes e aprimoramentos nas políticas públicas, quando necessários e oportunos.

Para o cumprimento dessa função, as equipes de assessoramento envolvidas na avaliação de políticas públicas no Senado poderão trabalhar em dois níveis.

(...)

No segundo nível, complementar ao primeiro, as equipes de assessoramento analisam e consolidam informações constantes de estudos e avaliações previamente realizados por outras instituições, tais como relatórios produzidos por universidades, centros de pesquisa e instituições privadas, pelos próprios órgãos responsáveis pela execução da política avaliada, por organizações internacionais e, especialmente, os relatórios de auditorias anteriormente realizadas pelo TCU.

(BRASIL, Senado Federal. *Referencial de Avaliação de Políticas Públicas do Senado Federal*. Brasília, 2015, p.3-6)

A abordagem do segundo nível assume contornos muito próximos aos atribuídos pela técnica da meta-avaliação, a qual, resumidamente, é uma avaliação da avaliação. As meta-avaliações possuem três características principais.

Sobre as características da meta-avaliação, analise as afirmativas a seguir.

- I. São sínteses de achados sobre avaliação de programas e inferências sobre o desempenho do programa, a partir dos resultados encontrados.
- II. Informam sobre a validade e a utilidade dos métodos de avaliação e oferecem direção sobre sua utilidade de avaliar.
- III. Fornecem forte evidência do impacto do programa, subsidiando a tomada de decisão.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

Legislação Municipal

31

Considere que em certo povoado situado em Macaé/RJ haja uma mobilização local para a instalação de um Distrito.

Nos termos da Lei Orgânica do Município, um requisito essencial para a consecução de tal intento é

- (A) a existência, na povoação-sede, de pelo menos 50 moradias.
- (B) população correspondente a, no mínimo, 1% (um por cento) do número de habitantes do Município.
- (C) a instalação de posto policial.
- (D) a existência de escola pública e terreno para cemitério.
- (E) eleitorado de, no mínimo, 3% (três por cento) do número de habitantes do Município.

32

Com base na Lei Orgânica de Macaé/RJ, uma competência privativa do ente municipal é

- (A) proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- (B) estabelecer e implantar política de educação para segurança do trânsito.
- (C) preservar as florestas, a fauna e a flora.
- (D) fiscalizar, nos locais de acondicionamento, preparação e venda, as condições sanitárias dos gêneros alimentícios.
- (E) promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

33

O Poder Legislativo Municipal pretende submeter a plebiscito popular questão relevante para o Município.

Sobre a hipótese, levando em consideração o que prevê a Lei Orgânica de Macaé, assinale a afirmativa correta.

- (A) A questão será submetida a plebiscito mediante proposição devidamente fundamentada de 1/3 (um terço) dos Vereadores e 1% (um por cento) dos eleitores do Município.
- (B) A votação será organizada pela Justiça Eleitoral no Município, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a aprovação da proposta.
- (C) A realização de plebiscito popular é vedada nos 4 (quatro) meses que antecedem a realização de eleições municipais, estaduais e nacionais.
- (D) A Câmara de Vereadores proclamará o resultado final do plebiscito que será considerado como decisão definitiva sobre a questão proposta.
- (E) A proposição que já tenha sido objeto de plebiscito popular somente poderá ser reapresentada com intervalo de 4 (quatro) anos.

34

Carlos, 35 anos, administrador, foi nomeado Secretário Municipal de Controle Interno.

Considerando o que a Lei Orgânica Municipal de Macaé/RJ prevê sobre os requisitos para investidura nesse cargo, assinale a afirmativa correta.

- (A) O cargo deve ser provido mediante concurso público.
- (B) O ocupante desse cargo poderá ser brasileiro ou estrangeiro.
- (C) O cargo é acessível aos maiores de 25 (vinte e cinco) anos de idade.
- (D) O ocupante do cargo deverá apresentar a declaração de bens ao entrar em exercício.
- (E) O ocupante do cargo não poderá exercer suas atividades profissionais de natureza autônoma ou empresarial.

35

Catarina, servidora pública municipal, titular de cargo efetivo, sofreu uma queda e lesionou a coluna, ficando afastada do serviço por 90 (noventa) dias, passando a se locomover por meio de cadeira de rodas.

Ao ser avaliada pela Junta Médica do Município, constatou-se que a capacidade laborativa da servidora estava prejudicada, por prazo indeterminado, em decorrências das lesões que sofrera. Restou apurado, também, que tal condição não a impede de desempenhar outras funções, desde que compatíveis com seu atual estado de saúde.

Considerando o que prevê a Lei Complementar nº 011/1998, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Macaé/RJ, sobre as formas de provimento de cargo público, no caso narrado deverá ser aplicado o instituto da

- (A) readaptação.
- (B) reversão.
- (C) aproveitamento.
- (D) reintegração.
- (E) recondução.

36

Alfredo, servidor público municipal estável, protocolou um requerimento junto à repartição pública em que está lotado, pleiteando licença para tratar de interesses particulares.

Nos termos da Lei Complementar nº 011/1998, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Macaé/RJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) A licença para tratar de interesses particulares poderá ser concedida a critério da Administração, pelo prazo máximo de até 36 (trinta e seis) meses, consecutivos ou não.
- (B) A licença para tratar de interesses particulares só poderá ser interrompida a pedido do servidor.
- (C) O servidor, enquanto estiver sob exame o pedido, que não gera direito, deverá permanecer em serviço, só podendo afastar-se após o deferimento de sua pretensão.
- (D) Durante o vínculo funcional do servidor para com a municipalidade, a ele poderá ser concedido um novo período de licença para tratar de interesses particulares, ainda que ultrapassado o prazo de 36 (trinta e seis) meses.
- (E) O servidor público, enquanto estiver no gozo da licença para tratar de interesses particulares, continuará percebendo a remuneração devida.

37

Quanto às penalidades administrativas previstas na Lei Complementar nº 011/1998, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Macaé/RJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) A pena de advertência verbal poderá ser aplicada ao servidor que recusar fé a documento público.
- (B) A pena de suspensão será imposta se comprovado o cometimento do abandono do cargo.
- (C) O curso da prescrição começa a fluir da data em que a Administração tomou conhecimento da ocorrência do fato punível disciplinarmente.
- (D) Os Chefes de Divisão e de Seção são competentes para a aplicação das penas disciplinares nos casos de advertência e suspensão.
- (E) As infrações sujeitas às penas de demissão prescrevem em 4 anos.

38

O Plano Municipal de Educação de Macaé, instituído pela Lei nº 4.106/2015, prevê metas, estratégias e diretrizes que devem ser observadas pelo poder público local com vistas a assegurar a continuidade das políticas públicas em Educação.

Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
- II. O poder público buscará ampliar o escopo das pesquisas com fins estatísticos de forma a incluir informação detalhada sobre o perfil das populações de 4 a 21 anos com deficiência.
- III. Sob o encargo da Secretaria Municipal de Educação, a execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações e correções periódicas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II, III.

39

Nos termos da Lei nº 4.106/2015, que dispõe sobre a Instituição do Plano Municipal de Educação em Macaé/RJ, as opções a seguir apresentam metas a serem implementadas pelo poder público no decênio 2015/2025, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PME.
- (B) Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.
- (C) Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica.
- (D) Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, exclusivamente no Ensino Médio, na forma integrada à educação profissional.
- (E) Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

40

Considerando o que prevê a Lei nº 4.106/2015, que dispõe sobre a Instituição do Plano Municipal de Educação – PME, em Macaé/RJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do Plano Municipal de Educação (PME) e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.
- (B) O Município de Macaé promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, articuladas e coordenadas pelo Gabinete do Prefeito Municipal.
- (C) As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de promover a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.
- (D) O Sistema Municipal de Educação acatará as diretrizes do Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica, coordenado pelo Estado do Rio de Janeiro, que constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.
- (E) Até o final do último semestre do nono ano de vigência do Plano Municipal de Educação (PME), o Chefe do Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal o projeto de lei referente ao Plano de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

MÓDULO II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41

A ISSAI 100 estabelece os princípios fundamentais de Auditoria para o setor público. A norma define os três tipos de auditoria que poderão ser utilizados nas fiscalizações a cargo das Entidades de Fiscalização Superiores (EFS).

Nesse sentido, associe os tipos de auditoria que estão na ISSAI 100 às respectivas definições.

Tipos de auditoria:

- I. Auditoria Operacional.
- II. Auditoria de Conformidade.
- III. Auditoria Financeira.

- () É o tipo de auditoria que foca em determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento.
- () É o tipo de auditoria realizada para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.
- () É o tipo de auditoria que objetiva obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para permitir ao auditor expressar uma opinião quanto a estarem as informações financeiras livres de distorções relevantes devido a fraude ou erro.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) I – II – III.
- (B) I – III – II.
- (C) III – II – I.
- (D) II – I – III.
- (E) III – I – II.

42

Nos termos da ISSAI 100, o auditor seleciona o objeto e os critérios, levando em consideração o risco e a materialidade e avalia e mensura o objeto respectivo de acordo com esses critérios.

Esse tipo de trabalho é denominado

- (A) auditoria de regularidade financeira.
- (B) trabalhos de certificação.
- (C) inspeção física.
- (D) trabalhos de relatório direto.
- (E) auditoria de julgamento profissional.

43

Durante a execução de uma auditoria de conformidade, a equipe de auditoria registrou, em determinado papel de trabalho, as seguintes informações:

- I. indicação da documentação obtida durante a auditoria para respaldar as opiniões e as conclusões da equipe;
- II. indicação da medida a ser proposta ao gestor para corrigir as irregularidades identificadas.

Essas informações devem constar, respectivamente, dos campos (ou colunas) do seguinte papel de trabalho:

- (A) Causas e provas. / Da matriz de responsabilização.
- (B) Critérios e evidências. / Da matriz de planejamento.
- (C) Evidências e propostas de encaminhamento. / Da matriz de achados.
- (D) Critérios e possíveis achados. / Do plano de auditoria.
- (E) Objeto e proposta de encaminhamento. / Da matriz de monitoramento.

44

Nos termos da ISSAI 100, quando uma opinião de auditoria é usada para transmitir o nível de asseguarção, a opinião deve ser em um formato padronizado. A opinião pode ser não modificada ou modificada.

Sobre a opinião do auditor, analise as afirmativas a seguir.

- I. Uma opinião não modificada é usada tanto para asseguarção razoável como para asseguarção limitada.
- II. A opinião modificada é definida como “qualificada” quando o auditor discorda ou é incapaz de obter evidência de auditoria suficiente a apropriada acerca de certos itens do objeto que são ou podem ser relevantes, mas não generalizados.
- III. A opinião modificada é definida “adversa” quando o auditor, após ter obtido evidência de auditoria suficiente e apropriada, conclui que desvios ou distorções, quer individualmente ou no agregado, são relevantes e generalizados.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II, III.

45

Leia o trecho a seguir.

A primeira etapa da fase de planejamento dos trabalhos contempla um conjunto de ações relacionadas à estratégia global de auditoria. (...)

Nesse momento, o auditor se vale de todos os conhecimentos sobre gestão de riscos de auditoria (...)

VIEIRA, Laércio Mendes. *Auditoria Contábil-Financeira no Setor Público*. Ed. Gestão Pública, 2021, p.154.

No desenvolvimento da estratégia global de auditoria, deve-se observar a seguinte etapa:

- (A) avaliar as expectativas do legislativo e de outros usuários relevantes do relatório de auditoria.
- (B) analisar se existem trabalhos anteriores no mesmo objeto e, caso existam, propor o arquivamento da auditoria tendo em vista o custo x benefício da atividade de controle.
- (C) determinar somente a natureza do trabalho a ser desenvolvido, destacando-se que a época e extensão dos recursos necessários devem ser mensurados na etapa seguinte.
- (D) desprezar as determinações e recomendações expedidas em trabalhos anteriores, pois esses não influenciam as auditorias futuras.
- (E) definir os objetivos do relatório do trabalho de forma a planejar a natureza das comunicações requeridas, informando a fase da auditoria em que a época e extensão dos trabalhos devem ser estabelecidos.

46

O Instituto dos Auditores Internos (IAI) desenvolveu o modelo de três linhas, pelo qual é possível compreender a diferença entre as funções de controle e de auditoria.

Nesse sentido, relacione os conceitos de auditoria e controle aos papéis apresentados a seguir.

- A. Auditoria
 - B. Controle
1. Apoia o processo de gestão e funciona como mecanismo de conformidade com o planejamento.
 2. Corresponde a um processo sistemático de obtenção e avaliação de evidências.
 3. É de competência do Gestor e corresponde a uma das funções do ciclo de gestão (PDCA).

Assinale a opção que apresenta a associação correta.

- (A) 1 – A; 2 – A; 3 – B.
- (B) 1 – B; 2 – A; 3 – B.
- (C) 1 – B; 2 – A; 3 – A.
- (D) 1 – A; 2 – B; 3 – B.
- (E) 1 – B; 2 – B; 3 – B.

47

Para preparar um trabalho de avaliação, a Unidade de Auditoria identificou a necessidade de conhecer o respectivo objeto, pois ele ainda não havia sido auditado pela referida Unidade.

A Unidade de Auditoria iniciou então um procedimento de fiscalização com a finalidade de conhecer o ambiente de controle relativo ao objeto, identificar a legislação pertinente, as ações e projetos a ele vinculados e outras informações sobre sua estruturação, organização e funcionamento para avaliar a viabilidade de realização de um futuro trabalho de auditoria.

Assinale a opção que apresenta o instrumento de fiscalização utilizado pela Unidade de Auditoria.

- (A) Monitoramento.
- (B) Auditoria operacional.
- (C) Acompanhamento.
- (D) Inspeção.
- (E) Levantamento.

48

O auditor independente pode utilizar a amostragem na execução dos procedimentos de auditoria.

O auditor, ao usar a amostragem, gera uma base razoável para concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada.

Sobre os procedimentos necessários à utilização da amostragem em auditoria, assinale a afirmativa correta.

- (A) A seleção direcionada da amostra é apropriada quando a população contém uma pequena quantidade de itens de alto valor.
- (B) Na seleção da amostra, pode-se usar a estratificação, processo de divisão da população em subpopulações, cada qual com um grupo de unidades de amostragem com características similares ou homogêneas.
- (C) Na definição do tamanho da amostra, o auditor deve cuidar para que os itens da população não tenham a mesma oportunidade de serem selecionados.
- (D) Quanto maior for a distorção tolerável, menor precisa ser o tamanho da amostra selecionada pelo auditor.
- (E) Erro esperado é o erro máximo na população que o auditor está disposto a aceitar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da auditoria.

49

Leia o trecho a seguir.

A matriz de planejamento é um papel de trabalho composto por informações extremamente úteis para orientação das atividades a serem desenvolvidas pela equipe de auditoria durante a fase de execução. Deve contemplar todos os elementos-chave do que se pretende realizar ao longo do processo de auditoria.

CARVALHO JR, Jorge P.; BALDRESCA, Camila A.M. *Auditoria no Setor Público com ênfase no controle externo*. 2019, p. 165.

Sobre as informações contidas em uma matriz de planejamento, considere as seguintes:

CAMPO X: As medidas de enfrentamento à pandemia do Covid-19 foram realizadas em observância aos princípios da Legitimidade e economicidade?

CAMPO Y: Análise documental para verificar se os preços praticados são compatíveis com os praticados no mercado, considerando a situação econômica decorrente da pandemia.

CAMPO W: Razões contábeis da Conta X.X.Y.Y.03.02.02

Os campos X, Y e W correspondem, respectivamente, aos seguintes campos/colunas da matriz de planejamento:

- (A) subquestão de auditoria; informações requeridas; fontes de informação.
- (B) questão de auditoria; possível achado; informações requeridas.
- (C) questão de auditoria; procedimentos de auditoria; informações requeridas.
- (D) possível achado; informações requeridas; fontes de informação.
- (E) subquestão de auditoria; possível achado; informações requeridas.

50

O auditor, ao analisar elementos de significância do objeto durante o planejamento de um trabalho de auditoria, verificou que, apesar de quantitativamente imaterial, certos tipos de distorções podem ter um impacto relevante sobre os relatórios financeiros e influenciar as decisões econômicas dos usuários das informações. Isto porque a natureza dessas distorções e as circunstâncias específicas de sua omissão podem provocar uma avaliação equivocada, pelos usuários, acerca do patrimônio e da situação financeira da entidade auditada.

Considerando os fatos narrados, assinale a opção que indica o elemento de significância analisado pelo auditor.

- (A) Materialidade quantitativa.
- (B) Risco inerente.
- (C) Risco de controle.
- (D) Materialidade qualitativa.
- (E) Relevância.

51

A Constituição Federal de 1988 inovou ao incentivar a participação social, buscando desenvolver uma nova relação entre a sociedade e o Estado. Em razão disso, foram instituídos diversos mecanismos de participação, em especial os Conselhos Gestores de Políticas Públicas.

Sobre as características dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, analise as afirmativas a seguir.

- I. São canais institucionais, plurais, permanentes, autônomos, formados por representantes da sociedade civil e do poder público.
- II. São órgãos de gestão pública vinculados à estrutura do Poder Executivo, que exercem função exclusivamente consultiva.
- III. Os conselhos gestores são instâncias de controle social que ampliam a participação popular apenas no âmbito federal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

52

A busca pelo aprimoramento do ciclo orçamentário na Administração Pública brasileira levou a Constituição Federal de 1988 a instituir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Assinale a opção que indica um objetivo da LDO.

- (A) Compreender, de forma regionalizada, as diretrizes da política fiscal e suas respectivas metas fiscais.
- (B) Autorizar, de forma regionalizada, as alterações da legislação tributária.
- (C) Estabelecer a política de aplicação dos recursos das agências oficiais de fomento.
- (D) Instituir as diretrizes, objetivos e metas dos orçamentos fiscal, de investimento e da seguridade social.
- (E) Dispor sobre as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública.

53

Ao realizar uma análise estratégica de sua empresa, por meio do emprego da Matriz SWOT, Olavo encontrou as seguintes informações:

- I. Marca pouco conhecida no mercado.
- II. Baixa concorrência no setor de atuação da empresa.
- III. Recessão econômica no país.
- IV. Equipes de profissionais altamente competentes.

Com base nos elementos abordados na Matriz SWOT, assinale a afirmativa correta.

- (A) I representa uma “força” e II, um elemento do ambiente externo.
- (B) II é um elemento não controlável e III, um elemento controlável.
- (C) I representa uma “fraqueza” e IV, um elemento não controlável.
- (D) I representa uma “oportunidade” e III, uma “força”.
- (E) III representa uma ameaça e IV, um elemento do ambiente interno.

54

Um empresário, proprietário de uma rede de brechós no município de Macaé, identificou uma grande oportunidade de mercado na aquisição de um tênis produzido em quantidade limitada. Ele então instruiu um de seus funcionários a adquirir 500 pares do calçado, destinando 50 mil reais para a compra, na expectativa de que cada par custasse 100 reais.

Após um mês de buscas, o funcionário retorna animado, informando que conseguiu adquirir os pares a um custo médio de 70 reais cada, mas encontrou apenas 400 pares.

Com relação às dimensões utilizadas nos indicadores de medição de desempenho, é correto afirmar que o funcionário foi

- (A) eficiente, mas não eficaz.
- (B) efetivo, mas não eficiente.
- (C) eficaz, mas não econômico.
- (D) excelente, mas não efetivo.
- (E) efetivo, mas não excelente.

55

Um cidadão solicitou acesso a uma informação custodiada por um órgão público e teve sua demanda indeferida, pelo fato de não ter exposto os motivos da demanda.

Conforme o disposto na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assinale a afirmativa correta.

- (A) O interessado deve acatar a decisão, sendo vedada uma nova solicitação no mesmo exercício.
- (B) O interessado deve realizar nova solicitação, apresentando os devidos motivos para a demanda.
- (C) O interessado pode interpor recurso contra a decisão, dirigido à autoridade hierarquicamente superior.
- (D) O interessado pode interpor recurso de reconsideração à autoridade responsável pela negativa, desde que pague a devida taxa de petição.
- (E) O interessado pode declarar a inidoneidade da entidade responsável, ainda que não tenha havido má-fé.

56

O Governo Federal anunciou um amplo programa nacional de parcerias com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Em razão disso, de acordo com a Lei nº 9.790/1999, que dispõe sobre a qualificação das OSCIPs, recebeu das entidades listadas a seguir a solicitação de qualificação como OSCIP.

- I. Fundação vinculada ao partido político A, que atua na promoção dos direitos humanos para corporações policiais.
- II. Instituição religiosa candomblecista, que atua para a disseminação de práticas confessionais em comunidades carentes.
- III. Instituição hospitalar gratuita, que atua na promoção de saúde em tribos indígenas.
- IV. Cooperativa de reciclagem, que atua na promoção de práticas de desenvolvimento sustentável em regiões ribeirinhas.
- V. Associação de moradores, que atua na promoção da assistência social em bairro do Município Y.

Obs.: todas as entidades estão em funcionamento regular há mais de 3 anos.

Estão aptas a se qualificar, somente,

- (A) I e V.
- (B) II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) III e V.

57

José, servidor público efetivo do Município de Macaé, foi designado como fiscal de um contrato firmado entre o referido município e a *sociedade empresária K. Lote Ltda.*, em que sua prima, Maria, é administradora e sócia majoritária.

Ao fiscalizar a execução do objeto do contrato, José atestou o recebimento de materiais que não foram entregues pela sociedade contratada, gerando um prejuízo de R\$200 mil ao erário.

Considerando a situação hipotética e as disposições da Lei nº 14.133/2021, quanto à fiscalização do contrato, assinale a afirmativa correta.

- (A) José não deveria ter sido designado para fiscalizar um contrato em que participe parente até o quarto grau.
- (B) José não está impedido de fiscalizar a execução dos contratos e participar do processo de liquidação das despesas contratuais.
- (C) José deverá anotar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato em registro próprio e determinar a adoção de medidas para a regularização de eventuais faltas observadas.
- (D) José deverá ser necessariamente servidor público efetivo dos quadros da administração municipal com formação de nível superior que lhe assegure os conhecimentos inerentes à fiscalização do objeto do contrato.
- (E) Na apuração das irregularidades, a sociedade empresária poderá alegar as fragilidades na fiscalização do contrato, com o objetivo de atenuar sua responsabilidade e mitigar sua culpabilidade.

58

A *sociedade empresária K. Lote Ltda.* foi contratada pelo Município de Macaé para prestar serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

No entanto, a ouvidoria do Município recebeu uma denúncia de que a contratada não estava recolhendo os encargos trabalhistas e previdenciários devidos.

Posteriormente, verificou-se que o cumprimento dessas obrigações pela sociedade empresária não foi objeto de fiscalização pelo servidor designado como fiscal do pacto firmado entre aquela sociedade e o Município de Macaé.

Considerando o disposto na situação hipotética, à luz das disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Administração responderá subsidiariamente pelos encargos trabalhistas, independentemente de falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- II. A Administração não poderá efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas devidas pelo contratado.
- III. A Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários, se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

59

Avalie se, conforme a Lei nº 14.133/2021, nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas:

- I. Exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas.
- II. Condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas.
- III. Executar o valor das garantias em dinheiro para pagamento de verbas trabalhistas inadimplidas.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

60

José, servidor da Secretaria de Obras do Município X, passou a exercer diversos atos de fiscalização contratual sem que tenha havido sua designação formal para a função de fiscal de contratos.

Os atos por ele praticados foram:

- I. atestou e recebeu de materiais e serviços;
- II. acompanhou a execução dos contratos;
- III. rejeitou itens entregues pelo contratado, em razão de incompatibilidade com as especificações do objeto pactuado.

Acerca dos atos e das funções realizadas por José, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em se tratando de obras e serviços, o recebimento provisório é realizado de forma sumária para posterior recebimento definitivo.
- (B) A rejeição parcial do objeto, em virtude de descumprimento de meta ou do nível mínimo de serviço acordado, pode implicar a adequação do valor a ser pago ao contratado, com glosa no pagamento, independentemente de previsão no contrato.
- (C) O prazo máximo para recebimento provisório de obras e serviços é de 30 dias, após a comunicação do contratado.
- (D) A ausência de designação formal de José como fiscal do contrato não obsta a sua responsabilização, desde que tenha praticado atos concernentes à função de fiscal de contrato, como o atesto de notas fiscais.
- (E) José praticou ato ilegal e tipificado penalmente como usurpação de função e os atos por ele praticados somente serão válidas se a sua condição não for de conhecimento da contratada, tendo em vista o princípio da aparência.

61

A sociedade empresária Q. Lote foi contratada para fornecer bens e produtos de assistência farmacêutica ao Município de Macaé. Os materiais foram entregues, tendo sido realizados os recebimentos provisório e definitivo do objeto pactuado.

A competência para realizar o recebimento definitivo do referido objeto é do/a

- (A) Fiscal do Contrato.
- (B) Prefeito Municipal.
- (C) Secretário Municipal.
- (D) Unidade de Controle Interno.
- (E) Gestor do Contrato.

62

As sociedades empresárias X e Y foram contratadas pelo Município de Macaé e a sociedade empresária Z foi considerada vencedora de uma licitação realizada por esse Município.

Os agentes públicos responsáveis pela fiscalização dos contratos das sociedades empresárias X e Y e da licitação em que a sociedade empresária Z foi declarada vencedora evidenciaram que essas sociedades empresárias praticaram as seguintes infrações administrativas:

- A sociedade empresária X deu causa à inexecução parcial do contrato.
- A sociedade empresária Y prestou declaração falsa durante a execução do contrato.
- A sociedade empresária Z não entregou a documentação exigida para contratação, embora tenha sido convocada dentro do prazo de validade da sua proposta.

Considerando as situações narradas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, as sociedades empresárias X, Y e Z estão sujeitas, respectivamente, às seguintes penalidades:

- (A) advertência; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar e contratar.
- (B) impedimento para licitar ou contratar; declaração de inidoneidade; multa não inferior a 0,5% do valor do contrato.
- (C) impedimento de licitar e contratar; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade.
- (D) advertência; multa de até 30% do valor do contrato; impedimento de licitar e contratar.
- (E) impedimento para licitar e contratar; impedimento para licitar e contratar; multa de até 10% do valor do contrato.

63

Uma Fundação Pública Municipal de direito privado contratou a sociedade empresária K. Lote Ltda. para prestar serviços de engenharia. No entanto, a sociedade empresária havia praticado diversas irregularidades que ensejaram o descumprimento do pacto, causando um dano de R\$ 80 mil ao erário.

Imediatamente a autoridade competente instaurou o processo de responsabilização para apuração dos fatos imputados à contratada.

Ao fim desse processo, concluiu-se pela rescisão unilateral do contrato, pelo ressarcimento de R\$80 mil aos cofres públicos, além da aplicação de multa de R\$ 25mil reais.

Registra-se que a sociedade empresária havia comprovado a prestação de serviços no valor de R\$ 90 mil, ainda não pagos pela Administração Municipal, e prestado uma garantia em dinheiro no montante de R\$ 25 mil.

Considerando os fatos narrados e as disposições da Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Comissão de responsabilização deverá ser composta por três servidores estatutários ou, na sua falta, por dois empregados públicos com pelo menos cinco anos de experiência.
- (B) A sociedade empresária terá direito ao pagamento de R\$10 mil, em razão do encerramento do contrato.
- (C) A Administração poderá aplicar à sociedade empresária a penalidade de multa de até 0,5% do valor do contrato.
- (D) O Secretário Municipal da pasta a qual esteja vinculada a Fundação Municipal é a autoridade competente para declarar a inidoneidade da sociedade empresária K. Lote.
- (E) Caso a sociedade empresária seja penalizada com impedimento para licitar e contratar, não poderá participar de nenhum certame promovido por qualquer ente da Federação pelo prazo de 3 (três) anos.

64

A sociedade empresária *K. Lote Ltda.* foi contratada pelo Município de Macaé, após regular procedimento licitatório.

No entanto, a sociedade empresária praticou atos irregulares que culminaram na inexecução total do contrato.

Diante dessas irregularidades, o ente municipal instaurou procedimento de responsabilização e a comissão responsável pela condução desse procedimento intimou o contratado a apresentar defesa escrita e especificar as provas que eventualmente pretendesse produzir.

O prazo definido na Lei nº 14.133/2021 para que a sociedade empresária possa, na situação apresentada, exercer seu direito de defesa, é de

- (A) 5 dias úteis.
- (B) 10 dias úteis.
- (C) 15 dias úteis.
- (D) 20 dias úteis.
- (E) 30 dias úteis.

65

As contratações públicas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, deverão se submeter às práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante a adoção de recursos de tecnologia da informação.

Além de estarem subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão a

- (A) primeira linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico.
- (B) terceira linha de defesa, integrada pelo controle interno do próprio órgão ou entidade.
- (C) segunda linha de defesa, integrada pelo tribunal de contas.
- (D) primeira linha de defesa, integrada pelos agentes de licitação.
- (E) segunda linha de defesa, integrada pelos agentes de licitação e pelas unidades de assessoramento jurídico.

66

A sociedade empresária *K. Lote Ltda.* firmou contrato para prestação de serviços ao Município de Macaé após regular procedimento licitatório.

No entanto, a Administração contratante praticou diversas irregularidades que impossibilitaram a execução do pacto pela sociedade empresária. Posteriormente, foi declarada a extinção judicial do contrato por culpa da Administração.

Nessa situação, sobre os direitos da sociedade empresária *K. Lote Ltda.*, analise os itens a seguir.

- I. Ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- II. Pagamentos devidos pela execução total do contrato.
- III. Pagamento dos custos de desmobilização.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

67

O município X contratou a sociedade empresária *Q. Lote Ltda.*, por dispensa de licitação, para prestação de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do município. As contratações foram realizadas com fundamento no disposto no Art. 75, inciso I, da Nova Lei de Licitações e Contratações.

Foram firmados, ao longo do exercício de 2024, doze contratos com aquela finalidade tendo por objeto a prestação dos serviços respectivos a diferentes Unidades Gestoras integrantes da Administração Direta Municipal.

Cada contrato foi firmado com o valor aproximado de R\$11.000 (onze mil reais).

Na situação hipotética, os fatos narrados

- (A) configuram fracionamento ilegal da despesa e podem resultar em responsabilização dos agentes públicos a quem a lei atribuir a responsabilidade pela prática daqueles atos.
- (B) configuram parcelamento ilegal da despesa e podem resultar em responsabilização do agente público competente.
- (C) configuram improbidade administrativa, tendo em vista que o dolo do agente público na prática dos atos ilegítimos é tácito.
- (D) configuram medida dolosa e erro grosseiro do administrador público que, nos termos da LINDB, deverá responder pessoalmente por eventuais danos gerados ao erário.
- (E) demonstram a regularidade da conduta do agente público, tendo em vista que o somatório das despesas realizadas não ultrapassa o limite estabelecido para contratação direta.

68

A Lei Municipal nº 4.960/2022 dispõe sobre a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública Municipal de Macaé.

Nesse sentido, acerca da regulamentação dos agentes de contratação e da equipe de apoio tratada na referida lei municipal, analise as afirmativas a seguir.

- I. A equipe de apoio deverá ser formada por, no máximo, três membros, devendo a maioria ser integrada preferencialmente por servidores efetivos dos quadros permanentes da Administração Pública de Macaé.
- II. O agente de contratação e a equipe de apoio responderão solidariamente pelos atos praticados.
- III. A designação do agente de contratação substituto deverá ocorrer no mesmo ato que nomear o agente de contratação e a equipe de apoio.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) II e III, somente.

69

José, servidor público efetivo do Município de Macaé, foi designado pela autoridade competente para exercer as funções de gestor de contratos.

Para o exercício das funções inerentes à *gestão de contratos*, José deverá realizar, entre outras atribuições definidas na Lei Municipal nº 4.960/2022, a seguinte ação:

- (A) acompanhar os prazos de entrega de obras ou serviços, diligenciando com a empresa contratada, caso seja necessário.
- (B) proceder as medições dos serviços executados, observado o disposto no cronograma físico financeiro.
- (C) adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestando-se a respeito da suspensão da entrega de bens.
- (D) determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada que comprometam o bom andamento dos serviços
- (E) elaborar o termo de referência e o projeto básico.

70

Considerando as disposições da Lei Municipal nº 4.960/2022 sobre as atribuições do gestor e do fiscal de contratos, do agente de fiscalização e da Central Municipal de Compras, relacione os agentes ou órgãos responsáveis listados a seguir às suas respectivas atribuições.

- A. Central Municipal de Compras.
 - B. Fiscal de contratos.
 - C. Agente de Contratação.
 - D. Gestor de Contratos.
1. Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos.
 2. Propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da licitação.
 3. Planejar, revisar, coordenar e acompanhar o Plano de Contratações Anuais.
 4. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto.

Assinale a opção que apresenta a relação correta.

- (A) 1–A; 2–C; 3–D; 4–C.
- (B) 1–C; 2–C; 3–A; 4–B.
- (C) 1–C; 2–B; 3–A; 4–D.
- (D) 1–A; 2–C; 3–B; 4–A.
- (E) 1–A; 2–D; 3–D; 4–B.

Realização

